

GESTÃO AMBIENTAL EM UNIDADES INDUSTRIAIS DE CHOCOLATE, ACHOCOLATADO E DERIVADOS DE CACAU, NO EIXO DE ILHÉUS-ITABUNA, BA

Daniela Silva Santos e Jacques Manz¹
Pedro Artur Santos Dias Araújo²
Elis Cristina Fliamengue³

Resumo: *Este artigo apresenta e discute dados coletados no projeto de Iniciação Científica “Gestão Ambiental nas empresas produtoras de chocolate, achocolatados e derivados do cacau, no eixo Ilhéus – Itabuna”, tendo como objetivo principal identificar e caracterizar as práticas de gestão ambiental encontradas nessas unidades industriais. Para alcançar os objetivos propostos, foi utilizada a técnica de aplicação de questionários, levantando informações sobre adoção de alternativas, procedimentos e dificuldades nas tentativas de implantar ou aperfeiçoar práticas de gestão ambiental. Verificou-se que a maioria das empresas apresenta algum tipo de práticas de gestão ambiental ao longo do processo de transformação dos seus produtos, além de possuírem um sistema de gestão ambiental integrado, visando uma melhoria contínua de desempenho ambiental.*

Palavras-chave: Gestão ambiental e empresarial; Desempenho ambiental.

INTRODUÇÃO

A partir do projeto de iniciação científica “Gestão Ambiental em empresas produtoras de chocolates, achocolatados e derivados do cacau, no eixo Ilhéus-Itabuna, Bahia”, tornou-se possível coletar os dados referentes às prováveis práticas de gestão ambiental que estão sendo desenvolvidas nessas unidades industriais.

Desde os anos 70 vem ocorrendo uma consolidação na discussão sobre a temática ambiental, despertando uma conscientização entre os governos de vários países, políticos, empresas e indústrias sobre a necessidade de uma exploração mais racional dos recursos naturais. Segundo Seiffet (2005), surge uma nova abordagem conciliando progresso científico com a conservação ambiental: o desenvolvimento sustentável. Este novo conceito de desenvolvimento envolve a utilização dos recursos naturais de forma mais equilibrada, tentando não afetar a continuidade das gerações futuras, representando um equilíbrio entre o crescimento econômico e o meio ambiente.

Na década de 1990 eclodiu no setor empresarial a preocupação com um melhor gerenciamento do processo de produção e de serviços, incluindo na gestão as questões ambientais. Emerge assim, a Gestão Ambiental Empresarial (GAE), uma modalidade de gestão que, segundo Barbieri (2004), pode ser entendida como uma junção de políticas, atividades de planejamento, programas, práticas administrativas e ocupacionais, levando em consideração a

¹ Estudantes do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Danny_geo2005@yahoo.com.br; bigjacquesmanz@yahoo.com.br.

² Estudante do Curso de Administração da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. parturdias@yahoo.com.br.

³ Orientadora – Professora do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

saúde, a segurança das pessoas e a preservação ambiental por meio da eliminação ou amenização de impactos e danos ambientais.

Nesse contexto, destacaram-se instituições certificadoras como a Internacional Standard Organization (ISO), uma entidade mundial, não-governamental, sediada em Genebra, na Suíça, da qual participam mais de 100 países. Fundada em 1947, tem como objetivo propor normas que representem o consenso dos diferentes países para homogeneizar métodos, medidas, materiais e seu uso, em todos os domínios de atividades, exceto no campo eletro-eletrônico, de responsabilidade da International Electrotechnical Commission (IEC) (Moreira, 2001). Promove também, as trocas de bens e serviços no mercado internacional e a cooperação entre países nas esferas científicas, tecnológicas e produtivas. A criação de novas normas e o crescente interesse das empresas em manter uma imagem ambientalmente adequada junto à sociedade, vem induzindo as mesmas a buscarem instrumentos indicadores de qualidade ambiental. As rotulagens ou certificações estão inseridas neste contexto.

Segundo a Teoria da Modernização Ecológica (TME), “é através dos sistemas de produção e de consumo que reside o centro da problemática ambiental moderna” (SPAARGAREM e MOL, 1999). No Brasil, especificamente no Sul da Bahia, ainda é recente a preocupação da sociedade com a qualidade dos produtos disponibilizados no mercado e com os processos de produção.

Este artigo apresenta os procedimentos que estão sendo adotados pelas unidades industriais de chocolate, achocolatados e derivados de cacau, do eixo Ilhéus – Itabuna, na tentativa de eliminar ou amenizar os impactos e danos ambientais. Além disso, são mencionadas as dificuldades que essas empresas estão encontrando na tentativa de implantar ou aperfeiçoar práticas de gestão ambiental.

Para realização deste trabalho, ocorreu inicialmente um levantamento dessas empresas a partir do site da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB). Em seguida foi realizado um levantamento de dados primários com aplicação de questionários, possibilitando, desse modo, a identificação e caracterização das empresas em termos de Gestão Ambiental. Posteriormente, esses dados foram tabulados e analisados à luz do referencial teórico escolhido.

GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL

O termo gestão ambiental é bastante abrangente. Tem sido frequentemente usado para designar ações ambientais em determinados espaços geográficos como bacias hidrográficas, áreas de proteção ambiental e outras unidades espaciais que incluam aspectos ambientais (AMBIENTEBRASIL, 2006). O conceito “gestão ambiental” aplica-se também a comunidades humanas, a unidades produtivas e instituições sociais.

A gestão ambiental empresarial se restringe a empresas e instituições e pode ser definida como um conjunto de políticas, programas e práticas administrativas e operacionais, que visam reduzir e controlar os impactos sobre o meio ambiente. Segundo Valle (2000), o ciclo de atuação da gestão ambiental deve cobrir desde a fase de concepção do projeto até a eliminação efetiva dos resíduos gerados pelo empreendimento depois de implantado, durante toda a série de vida do produto. Deve também assegurar a melhoria contínua das condições de segurança, higiene e

saúde ocupacional de todos os seus empregados e um relacionamento sadio com os segmentos da sociedade que interagem com esse empreendimento e a empresa.

No contexto empresarial, o conceito de gestão ambiental, segundo Tinoco e Kraemer (2004), é um sistema de gestão ambiental (SGA) que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o meio pelo qual as empresas visam minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades, além da forma para a conquista da qualidade ambiental desejada. Consiste num conjunto de medidas que visa ter controle sobre o impacto ambiental da atividade desenvolvida.

Segundo Fontinele (2006), prática ambiental em empresa industrial pode ser definida como uma política de redução de impactos negativos de suas atividades no meio ambiente, envolvendo: (I) processos de produção mais eficientes, com geração de uma quantidade menor de resíduo e reciclagem de materiais; (II) estratégias preventivas de gerenciamento de riscos ambientais; (III) tecnologias de produção mais limpa e (IV) desenvolvimento de produtos que contribuam para a qualidade de vida e proteção ambiental a longo prazo. Portanto, práticas de gestão ambiental, baseadas na série ISO14000, podem ser consideradas como um ciclo que compreende o planejar, o fazer, o checar e o agir, entre as alternativas e procedimentos adotados pelas empresas.

Na perspectiva das empresas, a adoção de práticas de gestão torna-se interessante pela redução de custos de operação, pela minimização de acidentes, pela competitividade que representam no mercado e pela visibilidade da empresa em níveis mais abrangentes. A boa imagem diante do consumidor facilita a colocação de produtos no mercado globalizado, já que o diferencial de competitividade é definido principalmente pelo preço e pela qualidade. De acordo com Andreoli (2002), devemos observar cuidadosamente que os conceitos de qualidade do produto estão bastante ampliados, com um grande destaque à qualidade ambiental e que, ao contrário da visão essencialmente ambientalista,

É perfeitamente possível e recomendável considerar as questões ambientais no valor do empreendimento, transformando o risco ambiental em oportunidades de redução de custos, proteção das bases de sustentabilidade do negócio, proteção da imagem corporativa, o que resulta na diminuição de perdas e valorização dos recursos de todos os envolvidos dentro e fora da empresa (ANDREOLI, 2002, p.2).

Assim, foram criadas normatizações e procedimentos visando proteger o meio ambiente e os cidadãos, além de manter as empresas no mercado competitivo. Dentre tais procedimentos encontram-se as rotulagens ou certificações, que são conceituadas pela ABNT como um conjunto de atividades desenvolvidas por um organismo independente da relação comercial, com o objetivo de atestar, publicamente, que determinado produto, bens ou/e serviço está em conformidade com os requisitos especificados, que podem ser nacionais, estrangeiros ou internacionais.

As normatizações de proteção do meio ambiente podem ser obrigatórias ou voluntárias. De modo obrigatório são as normas as quais os indivíduos ou empresas devem seguir para evitar danos ao meio ambiente e, caso não cumpram, estão sujeitas às medidas repressivas impostas

pelo poder público competente. Outras, a exemplo da ISO, série 14000, são orientadas no sentido de premiar os que tendem adotar procedimentos que visam à melhoria da qualidade ambiental e atendem à crescente demanda social e no sentido de criar maior competitividade no mercado (MOREIRA, 2001). Neste caso, quem dá a punição é o mercado. Esse mecanismo, entretanto, só funciona na medida em que a sociedade se torna mais exigente em termos de qualidade dos produtos e serviços gerados e oferecidos.

Com base na Teoria da Modernidade Ecológica, que parte do pressuposto de que os problemas ambientais devem ser tratados a partir de profundas transformações nas instituições ligadas ao setor de produção e de consumo, considera-se que nesses sistemas reside a origem dos problemas ambientais (Spaargaren e Mol, 2002).

PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL IDENTIFICADAS NAS EMPRESAS LOCALIZADAS NO EIXO ILHÉUS – ITABUNA

As empresas analisadas nas pesquisas se caracterizam por produzir cacau em pó, manteiga de cacau, torta de cacau, licor de cacau e achocolatado, apenas uma dessas unidades industriais afirma produzir bombom e chocolate em barra. Outra semelhança entre essas empresas está relacionada aos resíduos gerados pela sua linha de produção, destacando a casca de cacau. Já em relação ao número de funcionários dessas instituições, varia de 50 a 270 empregados, ou seja, são empresas de médio a grande porte, tendo como referência as empresas localizadas na Região Cacaueira.

Ao analisar os dados obtidos, foi possível verificar as práticas de gestão ambiental que estão sendo adotadas pelas empresas de chocolates, achocolatados e derivados do cacau, localizadas nos municípios de Ilhéus e Itabuna, no Sul da Bahia. Inicialmente, analisaram-se os quatro aspectos ambientais mais vulneráveis, de acordo com a produção de cada empresa, para identificar onde essas instituições primeiramente devem adotar ou aperfeiçoar os procedimentos de gestão ambiental, visando à redução do consumo desses aspectos e conseqüentemente atenuar os impactos sobre os recursos naturais. O consumo de energia e de água foi apontado como as feições mais vulneráveis, pelas empresas envolvidas no projeto.

Em segunda instância, observou-se que quatro, das cinco empresas pesquisadas, apresentam estação de tratamento de efluentes. Entende-se que essas instituições, antes de despejar no rio ou na rede de esgoto, tratam os seus efluentes líquidos, podendo até ser reutilizados. Outro procedimento de gestão ambiental adotado, pelos cinco estabelecimentos pesquisados, é a redução de consumo de água e/ou energia. Assim, torna-se evidente que as empresas já estão buscando alternativas que amenizem os danos sobre os recursos naturais mais empregados pelas etapas de produção e manutenção dessas instituições.

Todas as empresas afirmam utilizar o procedimento de acompanhamento/monitoramento e de licenciamento ambiental. Além disso, a maioria assegura desenvolver análise de riscos ambientais, gerenciamento de resíduos, estabelecimento de comissão técnica de garantia ambiental - CTGA, declaração de política ambiental e implantação de Sistema Gestão Ambiental (SGA), evidenciando que a maioria das instituições apresenta importantes tarefas e atribuições da gestão ambiental empresarial. Esses dados sugerem que a maioria dessas instituições busca a melhoria contínua do desempenho ambiental.

A maioria das empresas demonstra apresentar documento formal sobre sua política ambiental, sendo possível saber onde e em que estado essas empresas se encontram em relação ao meio ambiente.

A maioria das instituições declara ter objetivos e metas ambientais definidos, ao afirmarem o empenho na redução do consumo de energia, água e CFC, além da reciclagem, reaproveitamento de matérias e redução da geração de resíduos, que ressalta a busca contínua dessas empresas pela a qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente de trabalho.

Mais da metade das empresas expressa operar com sistema de gestão integrada, buscando a qualidade dos produtos e a proteção do meio ambiente, levando em conta a saúde e a segurança das pessoas, por meio da eliminação ou minimização de danos ambientais, em todas as fases do ciclo de vida do produto.

Apesar de nenhuma das empresas ter participado de algum prêmio empresarial relacionado à temática ambiental, a maioria demonstrou ter interesse. Desse modo, essas instituições, provavelmente, visam uma repercussão positiva sobre a imagem de seus produtos perante os consumidores, sociedade e parceiros comerciais.

Referente a tipos de licenças/autorizações, verifica-se que todas as empresas possuem licença ambiental e mais da metade apresenta outorga para uso de água e autorização para transporte de produtos ou resíduos. Segundo Barbieri (2004), essas autorizações são conferidas pelo poder público, as atividades de que trata a Lei 6.938/1981, ressaltando também que licença e autorização têm um caráter temporário. Dificuldades para realizar licenciamento ambiental, a demora na análise de pedidos ou ações por parte de órgãos ambientais, foram as mais apontadas pela maioria das empresas.

Em relação à responsabilidade sócio-ambiental, a maioria das empresas promove ações voltadas para orientação ambiental e investimentos na educação dos funcionários, cumprindo com algumas das atribuições da gestão ambiental empresarial. Contudo, apenas duas das empresas envolvidas no projeto realizam outras ações de responsabilidade sócio-ambiental, desenvolvendo junto à comunidade do entorno um programa de educação ambiental, enfatizando a coleta seletiva e palestras, além de um projeto de educação para jovens em situação de risco.

Observa-se que a maior parte das empresas comercializa seus produtos no mercado nacional e internacional (EUA e União Européia). Essas devem aprimorar continuamente os procedimentos de gestão ambiental que já desenvolvem, além de buscarem novas atribuições desse tipo de gestão, visto que uma boa imagem perante os consumidores tornou-se fundamental para manterem-se concorrentes no mercado, pois este está cada vez mais competitivo e a sociedade mais exigente.

Contudo, quando questionadas sobre a credibilidade e capacidade das instituições em supervisionar e punir o não cumprimento de normas/leis ambientais, quatro empresas afirmaram acreditar parcialmente, o que leva a pensar que esses posicionamentos podem ser decorrentes de algumas dúvidas levantadas sobre a normatização, fiscalização e certificação dessas entidades.

Porém, é bom ressaltar que, até o presente momento, essas instituições são reconhecidas internacionalmente e têm uma importante repercussão sobre o mercado nacional e internacional. Produtos com certificações, como por exemplo, da série ISO 14000, detêm uma grande visibilidade entre os clientes, pois são produtos e serviços que buscam a qualidade da mercadoria aliada ao bem-estar dos funcionários e a preservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados expostos acima, compreende-se que grande parte das unidades industriais de chocolates, achocolatados e derivados do cacau, localizadas, no eixo Ilhéus-Itabuna, envolvidas na pesquisa, apresenta algum tipo de práticas de gestão ambiental ao longo do processo de confecção dos seus produtos. Seja através de alternativas como estação de tratamento de efluentes ou através de procedimentos como redução no consumo de água e energia, adotadas pela grande maioria dessas empresas. Evidencia-se que essas empresas estão buscando amenizar os impactos negativos de suas atividades no meio ambiente, visto que práticas de gestão ambiental compreendem o planejar, o fazer, o checar e o agir, entre as alternativas e procedimentos adotados pelas unidades industriais.

Verificou-se, também, que a maioria das empresas declara ter uma política ambiental expressa formalmente com metas e objetivos definidos de acordo as atividades desenvolvidas, além de possuírem um sistema de gestão ambiental integrado visando uma melhoria contínua de desempenho ambiental, previsto no sistema ISO 14.000.

Os dados coletados, no entanto revelam que a maioria dessas unidades industriais não desenvolve nenhum tipo de ação voltada à comunidade do seu entorno. Tais dados evidenciam a necessidade dessas empresas compreenderem a questão ambiental na sua verdadeira amplitude e não somente nas questões ligadas mais diretamente ao processo produtivo. Vale ressaltar que esta pesquisa lidou com dados que revelam o discurso das empresas sobre as práticas de gestão ambiental. Dessa forma, estudos posteriores poderão lidar com os outros discursos: da comunidade do entorno, dos funcionários da empresa, entre outros.

REFERÊNCIAS

ANDREOLI, Cleverson. V. **Gestão Empresarial**. Fae Business school, 2002. 70p, Coleção Gestão Empresarial,2.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo Saraiva, 2006. 328 p

BARROS, Ricardo L. P. **Diagnóstico da Situação da Gestão Ambiental nas Indústrias do Setor de Mármore e Granitos**. CTEMAG,2004.34p

BRUNS, Giovana Bagio de. Afinal o que é Gestão Ambiental? In: www.ambientebrasil.com.br, 2005.

JUCHEM, Peno Ari. **Introdução a Gestão, Auditoria e Balanço Ambiental Para Empresas**. Curitiba: [s.n.], 1995. 106p.

MOREIRA, Maria Sueli. **Estratégia e Implantação do Sistema de Gestão Ambiental Modelo ISO 14000**. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial 2001.p,:il.

NASCIMENTO, Felipe L. **O PERFIL AMBIENTAL DAS EMPRESAS DO SETOR METAL-MECÂNICO E SEUS DESAFIOS COMPETITIVOS**.
<http://www.portalga.ea.ufrgs.br/acervo/artigos/RevistaEnegep.PDF>. Acessado em 04.11.2006.

PINTO, Jéferson de S e ROSLEY, Anholon. **O IMPACTO CAUSADO PELA IMPLANTAÇÃO DA NBR ISO 14001: BENEFÍCIOS ALCANÇADOS AO LONGO DOS ANOS POR UMA EMPRESA BRASILEIRA DO SETOR ELÉTRICO**.
www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/425.pdf. Acessado em 28.10.2006.

SPAARGAREN, Gert; MOL, Arthur P. J. **Sociologia, Meio Ambiente e Modernidade**: Ilhéus, BA: Editus.2002. 51 p. (Tradução de Salvador D. P. Trevizan).

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004. 303p.

VALLE, Cyro Eyer do. **Como se Preparar para as Normas ISO 14000: Qualidade Ambiental : o Desafio do Ser Competitivo Protegendo o Meio Ambiente**. 3. ed. atual. São Paulo: Pioneira, c2000. 137p.